

sões, organizadas em dois eixos, alguns aspectos que passo a sublinhar. No primeiro eixo, relativo ao 'território e à comunidade como contextos e configuradores do meio social do indivíduo' (p.147), a autora indica que, na comunidade estudada, serão as mulheres, os idosos, os viúvos(as), as pessoas com baixa escolaridade, desempregados e com baixos rendimentos que apresentam uma maior probabilidade de adoecer. Por outro lado, os indivíduos com menor nível de instrução valorizam mais o apoio comunitário, nomeadamente, nos seus sistemas informais como fonte potencial de ajuda, sendo as mulheres aquelas que mais confiam nos serviços institucionalizados como agentes de apoio. Os sujeitos com mais de 60 anos são aqueles que revelam pontuações mais elevadas em todas as dimensões avaliadas neste eixo (integração, participação e valorização de serviços formais e informais), indicando uma maior integração comunitária. No segundo eixo, onde se entende a 'saúde e o apoio social como construtos que dotam de significado concreto o conceito de rede social' (p.147), são sistematizadas algumas das conclusões relativas aos estilos de vida nos quais o apoio oferecido pela rede social, geralmente, interfere. Neste sentido, foi encontrada uma influência directa do apoio sobre as principais fontes salutogénicas e uma associação entre a valorização/procura de serviços e o sentimento de identificação e integração social. Concluindo o estudo, a autora propõe estratégias de intervenção que passam por considerar a cidade como possível agente saudável (sugerindo uma rede de cidades sãs) e a promoção da saúde como conteúdo dessa rede, sendo o sistema de saúde fundamental para operacionalizar as premissas de integração, participação e bem-estar na comunidade.

Esta investigação tem interesse para todos os intervenientes na área da saúde, especialmente aqueles que perspectivam os fenómenos de saúde e doença como socialmente construídos e que vêm na saúde comunitária uma estratégia de intervenção não utópica. É ainda de salientar que a autora apresenta uma extensa bibliografia (com cerca de 950 referências) e fornece, em anexo, os instrumentos utilizados na investigação, constituindo, assim, uma fonte útil para outros trabalhos de pesquisa nesta área.

Sonia Guadalupe de Abreu
Instituto Superior Miguel Torga

Paulo Moreira. 2001. Para uma Prevenção que Previna. Coimbra: Quarteto Editora. 155 pp. ISBN: 972-8535-82-1

O termo prevenir tem como raiz etimológica o vocábulo latino *prevenire* que refere uma intervenção levada a cabo, previamente, antes de determinada condição futura se verificar. A prevenção tem, assim, por objectivo dificultar ou impossibilitar a concretização de um fenómeno que se prevê trazer consequências negativas. Paulo Moreira, refere-se, no seu livro, fundamentalmente, à prevenção das toxicodependências. Ao mesmo tempo, porém, apresenta uma conceptualização da prevenção como um conjunto de estratégias a implementar numa perspectiva desenvolvimental ampla, podendo a sua análise beneficiar outros sectores potenciais de intervenção e não apenas o domínio dos comportamentos aditivos.

Assim sendo, e após uma nota introdutória ao tema da prevenção, começa por fazer referência à necessidade de atender aos factores de risco e aos factores de protecção. A identificação dos factores de risco que podem aumentar a probabilidade do uso ou abuso de estupefacientes tem vindo a tornar-se um pródigo campo de investigação, sendo que o autor apresenta vários conjuntos de factores de risco que, apesar de apontados por diferentes investigadores, se sobrepõem em alguns pontos. Como tal, determinados factores sócio-culturais e comunitários, os factores individuais e relacionais e os factores familiares são referidos, pelos estudos efectuados nesta área, como factores de risco, ou seja, enquanto características individuais ou situacionais/ambientais cuja presença pode funcionar como facilitadora da utilização de drogas. Relativamente aos factores de protecção, voltam a estar em destaque factores de ordem individual, familiar, escolar e comunitária que funcionem como inibidores ou redutores da probabilidade de iniciar comportamentos aditivos. O conhecimento dos factores de risco e de protecção resulta, então, como um contributo fundamental para a elaboração de programas de prevenção, uma vez que permite uma melhor compreensão do fenómeno da toxicodependência e indica valiosas pistas de actuação em termos de prevenção.

Ainda na parte I desta obra, é possível ficar a conhecer os principais modelos de prevenção que se inscrevem nos três movi-

mentos teóricos da história da prevenção das toxicodependências. Assim, são mencionados os modelos informativo-comunicacional, o modelo humanista e o modelo neo-behaviorista, a par das suas características mais relevantes. São ainda descritos, de modo sucinto, vários outros modelos e teorias, mas a ideia chave enfatizada pelo autor é a existência de um grande número de teorias e modelos preventivos, sem que haja um que se destaque dos restantes na explicação da complexidade da toxicodependência. Contudo, as teorias e modelos explicativos servem de mote aos programas de prevenção e, por sua vez, os resultados por estes alcançados contribuem para a sua validação e actualização. Assim, os programas de prevenção são definidos como 'um plano de actividades intencionalmente organizadas de forma a impedir a ocorrência da condição à volta da qual se organiza o programa' (p.39), sendo ainda apresentados os principais conceitos teóricos neles utilizados.

Na parte II, o autor, ao abordar o 'risco da toxicodependência', chama a atenção para o facto de, até à data, o principal período desenvolvimental a ser alvo dos programas de prevenção é o da adolescência. Acrescenta que, se tal se pode justificar com a maior probabilidade de o início dos consumos ter lugar nesta faixa etária, não faz sentido que esta valorização deixe de fora outros períodos do desenvolvimento, nomeadamente, a infância, que tem vindo a ser sistematicamente negligenciada relativamente a esta matéria. Além disso, é algo incoerente reconhecer a importância dos factores desenvolvimentais e intervir apenas na adolescência.

A defesa da prevenção numa perspectiva desenvolvimental é, portanto, uma das ideias nucleares desta obra que considera que 'as relações precoces, em especial, e as interpessoais, em geral, assumem um papel fundamental, qual alicerces, já que influenciam a forma como o indivíduo organiza emoções, cognições e comportamentos em relação a si e aos outros' (p. 49.). Assim, a teoria da vinculação de Bowlby (1982) é referida a propósito da importância das experiências afectivas da criança (em particular com as figuras significativas) como um factor de protecção ou de risco e que funcionam como um pilar para as relações afectivas no futuro.

Neste seguimento, é explicitada a utilidade da intervenção com os pais, não só com

base na teoria da vinculação, mas também de acordo com a perspectiva sistémica do funcionamento familiar, sendo apresentados e descritos, nas suas características fundamentais, vários programas destinados aos pais. Após o enquadramento dos programas de prevenção ao nível familiar, é iniciada a abordagem do desenvolvimento, sendo abordadas as intervenções na primeira infância, suas implicações para a prática e ilustradas com a apresentação e descrição de diversos programas para esta camada etária. Mas se a família pode ser envolvida na prevenção, a escola pode igualmente funcionar como um local privilegiado para a implementação de programas de prevenção, na medida em que, nos seus objectivos, estará também, além da transmissão dos currículos formais, a constituição de competências que permitam uma boa integração social dos alunos e a sua preparação para responder, de forma adaptativa e funcional, aos desafios da sociedade. Como tal, são apresentadas as intervenções em meio escolar, incluindo as que têm lugar nos jardins de infância, com referência a programas concebidos para este contexto, havendo a adopção do mesmo formato de apresentação no que respeita ao ensino básico e à adolescência.

Na terceira parte do livro, Paulo Moreira aborda o programa 'Crescer a Brincar', da sua autoria, inscrito numa perspectiva de ecletismo teórico e técnico e destinado a crianças que frequentem o ensino básico, com idades entre os 8/9 e os 11/12. Este programa trabalha aspectos como motivação, auto-estima, pressão de pares, decisões e consequências, (in)vulnerabilidade percebida, diferenciação emocional e gestão das emoções, assertividade, distinção entre factos e crenças e clarificação de valores. Os sujeitos desempenham um papel activo ao longo de todo o programa, visto que um dos objectivos é que 'as crianças ajam em vez de reagirem, espera-se que elas construam uma imagem de si próprias como sendo capazes de intervir eficazmente no decurso dos acontecimentos, dando-lhes a percepção de controlo e poder' (p. 115). Durante o programa, tem lugar o recurso a histórias cuja construção se tenta aproximar o mais possível da realidade, para que as crianças se confrontem com situações semelhantes ao que poderão experimentar na realidade. Um dos pontos contemplados e essencial neste tipo de programas é a generalização das aprendizagens.

gens que se traduz na indicação para a realização de tarefas para casa, de forma a estender o que foi aprendido a outras situações e contextos. Atendendo à abordagem ecológica deste programa, os pais, escola e professores são também envolvidos como 'figuras de vinculação invisíveis' (Soares 2000 citado por Paulo Moreira), acompanhando as crianças ao longo do programa, o que os torna mais conhecedores das emoções e pensamentos destas, bem como mais atentos à satisfação das suas necessidades. Para finalizar a terceira parte, são apresentadas individualmente as 15 sessões do programa 'Crescer a Brincar', em termo dos objectivos, actividades e material para cada uma das sessões.

Na última parte do livro, com o título 'Conclusões e Desafios', o autor salienta de forma crítica e sem eufemismo os aspectos que, na sociedade portuguesa, mais têm contribuído para a fraca aposta nos programas preventivos desenvolvimentais e que manifestam um significativo atraso, relativamente à forma de abordar a prevenção das toxicodependências. Esta parte final da obra é particularmente importante para a compreensão das razões para a fraca ou quase inexistente implementação de programas preventivos em Portugal. Assim, Paulo Moreira refere que a nossa sociedade manifesta diversos 'síndromes' que inibem a construção e a prática da prevenção desenvolvimental. Nomeadamente, o autor considera que sofremos do síndrome dos 'custos', acerca dos gastos incomportáveis que se imaginam necessários para um tipo de prevenção ao longo do ciclo de vida. No entanto, facilmente se percebe que a mobilização e articulação de recursos já existentes – equipas de saúde pública dos centros de saúde, inclusão de actividades nos currículos dos infantários e adopção de um manual de prevenção nos ensinos básico e secundário que possa ser administrado por professores – pode tornar os custos reduzidos e o grau de eficácia aumentado.

A propósito do síndrome do 'medo', é frequentemente referido o efeito iatrogénico de falar acerca de drogas com crianças mais novas. Paulo Moreira responde a esta preocupação com o facto de muitos dos programas de prevenção por ele caracterizados ao longo da sua obra não corresponderem, necessariamente, à transmissão de informação sobre as drogas, mas sim trabalharem com-

petências necessárias a um desenvolvimento saudável e, concomitantemente, sem recurso a substâncias. De igual modo, refere também o síndrome do 'romantismo ou da invulnerabilidade e da distância', relacionado com a não contemplação, em programas de prevenção das drogas legais, como o álcool e o tabaco. No entanto, não é possível negligenciar o facto de o nosso país apresentar uma prevalência de alcoolismo das mais elevadas da Europa. Outro aspecto é o síndrome da 'sede de imediatéz e de visibilidade' – com particular importância na classe política – conferindo à prevenção um lugar politicamente secundário, na medida em que os seus resultados não se verificam de imediato e, portanto, a sua visibilidade pública é pouco marcada.

Por fim, o autor refere-se ao síndrome do 'caracol alentejano', também ele com manifestação mais evidente na classe política. Esta 'patologia' alude à discrepância entre os dados obtidos pela investigação, que apontam para a necessidade de carácter urgente de aplicação de medidas preventivas e a inércia, em Portugal, em implementações efectivas. Atendendo à urgência em ultrapassar estas ideias equívocas, na cultura política portuguesa, o autor refere, sucintamente, algumas implicações práticas derivadas dos conhecimentos actuais da prevenção das toxicodependências. Nomeadamente, as estratégias preventivas devem ser inseridas na comunidade, fomentando mudanças individuais, mas também de contextos, devem ser incluídas nos currículos escolares, adaptadas ao período desenvolvimental da população alvo e articuladas com equipas multidisciplinares.

Esta obra é um autêntico manual para quem se interessa pela prevenção em geral e pela prevenção das toxicodependências em particular. De forma arrojada e sem preconceitos, o autor fundamenta, em termos teóricos e em termos técnicos, a importância da prevenção, dando a conhecer a situação actual do país e lançando o desafio social e político para 'uma prevenção que previna'.

Ana Galhardo

Instituto Superior Miguel Torga